PRIORIDADES PARA A COP31

Fundada em 2001, a Conectas Direitos Humanos é uma organização não governamental que atua para fortalecer direitos humanos e reduzir desigualdades, por uma sociedade justa, livre e democrática, sob a perspectiva do Sul Global. Para evitar retrocessos e denunciar violações, atua em sistemas internacionais de direitos humanos, articula redes de cooperação e desenvolve litígios estratégicos e ações de comunicação e engajamento.

A COP31 deve transformar compromissos climáticos em medidas concretas, com financiamento adequado, proteção dos direitos humanos e responsabilização pelos danos climáticos. Isso exige avançar na adaptação e na transição justa, incorporar as opiniões consultivas sobre as obrigações climáticas dos Estados e garantir a participação livre e segura da sociedade civil.

1 ADAPTAÇÃO

Recomendação: Aprovar uma decisão sobre a Meta Global de Adaptação que estabeleça a força-tarefa da Visão Belém–Addis, com participação efetiva da sociedade civil, para operacionalizar os 59 Indicadores de Belém, considerando as desigualdades sociais, raciais e territoriais. Garantir a triplicação do financiamento para adaptação até 2035, com ano-base definido, piso de US$ 120 bilhões anuais, recursos principalmente públicos e em doações e mecanismos de acompanhamento.

Por que importa: Financiamento adequado e indicadores que considerem as desigualdades são essenciais para transformar compromissos em proteção às populações mais vulnerabilizadas.

2 TRANSIÇÃO JUSTA

Recomendação: Avançar na operacionalização do Mecanismo de Belém–Antália (BAM), definindo funções, governança, espaços de participação da sociedade civil e cronograma de implementação na COP32. Renovar o Programa de Trabalho sobre Transição Justa, garantindo financiamento, transferência de tecnologia, trabalho decente e medidas contra o racismo ambiental e as desigualdades sociais, raciais e territoriais.

Por que importa: A transição deve proteger direitos, reduzir desigualdades e garantir que trabalhadores e comunidades afetadas participem das decisões e tenham acesso aos benefícios.

3 UTILIZAÇÃO DAS OPINIÕES CONSULTIVAS

Recomendação: Incorporar as opiniões consultivas da CIJ, da CIDH e do ITLOS e a resolução da Assembleia Geral da ONU sobre obrigações dos Estados em matéria de mudanças climáticas como base interpretativa das decisões da UNFCCC.

Por que importa: As opiniões consultivas esclarecem as obrigações jurídicas dos Estados diante da crise climática, que devem orientar as decisões e ações climáticas.

4 ESPAÇO CÍVICO E PARTICIPAÇÃO SEGURA NA COP31 NA TURQUIA

Recomendação: Garantir que o Host Country Agreement da COP31 não seja utilizado para restringir a liberdade de expressão, manifestação e protesto pacífico, dentro ou fora da conferência. Assegurar vistos rápidos e acessíveis, acesso da sociedade civil às salas de negociação e proteção contra intimidação, violência e represálias, com mecanismos de denúncia e responsabilização.

Por que importa: As restrições ao espaço cívico na Turquia ameaçam a participação livre e segura da sociedade civil, essencial para a legitimidade da COP31.